

ESTABILIDADE DAS FRONTEIRAS HÍDRICAS E CONFLITOS PELA POSSE DE RIOS NA BACIA DO PRATA.*

Pedro Costa Guedes Vianna
Professor do Departamento de Geografia da UFPB.

** Publicado no XXII Simpósio Nacional de História – Anais Eletrônicos – UFPB – João Pessoa – PB, 27 de julho à 01 agosto 2003.*

INTRODUÇÃO

Até o século XIX, o continente sul-americano ainda estava desprovido de grandes rotas terrestres, fossem elas, rodovias ou ferrovias. Por isso os rios representavam além de fonte de riqueza, vias de comunicações, vetores de controle e de poder político e militar. Porém parece provável que mesmo antes da colonização européia, algumas trilhas de índios fossem mais que picadas incultas e intratáveis. Alguns historiadores se referem à “vias nacionais” de tribos. Por exemplo, uma trilha na direção sul, rumo ao chamado sertão de Patos foi chamada de “Via Nacional dos Tupiniquins”, outra que saía de Cananéia e rumava para o sudoeste, região do Iguazu e do Piquiri, seria a verdadeira estrada da “raça” Guarani. (Holanda, 1990)

A América do Sul foi conquistada a partir das margens oceânicas e os rios eram o meio de controlar os grandes espaços e riquezas do interior. Eram por isso mesmo fonte de tensões e conflitos, às vezes armados, o que fez dos rios da América do Sul, "*rios da história*". No séc. XIX o par dialético identidade nacional/territorial passou pelo controle dos rios. Hoje, embora as fronteiras fluviais sejam estáveis, não se descartam conflitos fronteiriços, como os recentes entre Peru e Equador pelo controle de uma pequena bacia hidrográfica andina.

Em linhas gerais, a América espanhola foi conquistada e ocupada de norte para o sul: o Vice-reinado da Prata, foi o último a ser criado no século XVIII, e compreende o que hoje é o norte da Argentina, parte do Uruguai, Paraguai e Bolívia. Estes países e o Brasil, lutaram entre si pelo controle dos rios e principalmente pela principal desembocadura fluvial na região, ou seja a do Rio da Prata.

A LUTA PELA ÁGUA COMO MEIO DE ACESSO E TRANSPORTE

Não há dúvidas que a expansão luso-brasileira rompendo a linha de Tordesilhas, seja através de entradas, bandeiras e depois das monções, foi o que provocou toda a sorte de conflitos na região. Este processo foi posteriormente “legalizado” por diversos tratados como o de Madri(1750) e de Santo Ildefonso (1777) ou resolvido através de diversas guerras.

Os rios, neste processo, foram ao mesmo tempo vantajosos e desvantajosos tanto para luso-brasileiros, como para hispanos-americanos. Não faltavam ocasiões em que os rios deixavam de ser estorvo e se transformavam em caminhos – os “caminhos que andam”. Embora não constituíssem, ao menos de início, a via mais habitual de penetração do continente, desempenhariam em fases seguintes um papel que não foi simples acessório. (Holanda, 1990).

O movimento dos bandeirantes e sua natural evolução, as monções tiveram relações diferentes com os rios, os primeiros viam nos rios obstáculos e desconheciam muitos deles. Segundo Holanda (1990), só uma certa incapacidade dos povos ibéricos para o aproveitamento de caminhos fluviais, pode explicar que para alguns sertanistas o rio pudesse ser visto como empecilho. Para Holanda (1990), diversas são as diferenças entre bandeiras e monções, entre elas os meios de locomoção. Nas bandeiras os rios foram essencialmente obstáculos à marcha, e as embarcações apenas recurso para o sertanista, utilizável quando a marcha se tornou impossível. Nas monções ao contrário, a navegação disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo exceção a essa regra. A verdade é que a navegação só se aperfeiçoou e se impôs, quando foi necessário um sistema de comunicações regulares com o centro do país. O nome “Monções” que indica sua periodicidade é tirado das monções asiáticas, pois a maioria delas saíam do planalto paulista entre abril e maio, quando as águas estavam cheias e as chuvas começavam a escassear e demoravam em torno de cinco meses para chegar a Cuiabá. Seu retorno demorava menos, dois meses em média, pois as canoas estavam mais vazias (Goes Filho, 1999).

Já no século XIX, o advento da navegação a vapor volta a prestigiar as rotas fluviais, mas por outros rios: Prata – Paraná – Paraguai. As canoas do velho Anhembi, ou seja, o Tietê, não mais voltaram. Sergio Buarque de Holanda (1990) assinala que “a partir da Independência, elas tornaram-se raras até desaparecerem por volta de 1838. A função histórica dessa autêntica estrada fluvial de perto de 10 mil Km, que abraça quase toda a América portuguesa, supera a de qualquer das outras linhas de circulação natural do Brasil”. Como veremos mais adiante elas repercutiram nos tratados de limites que darão forma legal ao Brasil.

Em torno do Prata é que teremos os conflitos coloniais importantes, e as guerras que envolveram o Brasil, no Uruguai 1820-1821, 1826-1827 e 1864, na Argentina 1850-1852 e a Guerra do Paraguai 1865-1870 (Goes Filho, 1999). Segundo Abreu (1976), a fundação da colônia de Sacramento devia servir de ponto de partida para um povoamento, que partindo do Prata chegasse à beira mar. Apenas se certificou o governador de Buenos Aires de sua existência atacou-a e tomou-a. Ela mudará de lado varias vezes até que finalmente os portugueses reconhecerão ser impossível mantê-la desistindo dela no Tratado de Madri.

A GUERRA DO PARAGUAI

Entre todos os acontecimentos na região no século passado, o que mais marcou a vida dos povos platinos e brasileiros, assim como seu futuro, foi a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Inúmeros eram os desentendimentos antigos na região e alguns deles envolviam os rios como vias de transporte e a livre navegação.

Não é objetivo aqui tomar partido nesta questão, mas parece claro que muitos antecedentes conflituosos próprios da história local construíram o conflito, entre eles a livre navegação pelos rios.

A livre navegação no rio Paraguai, depois da guerra, foi uma consequência natural. A província de Mato Grosso ficou acessível a qualquer tempo, sem restrições e sobressaltos. As questões de fronteiras praticamente não existirão mais. Misiones é definido como território argentino e as disputas territoriais com o Brasil parecem que desapareceram. Porém, nem tudo ficou bem resolvido, a região do salto de Sete Quedas passou por acordo posterior à guerra, para o domínio brasileiro. Quando mais tarde o Brasil passou a olhar para a região com o intuito de construir uma hidroelétrica, os paraguaios reclamaram que ali a disputa não estava resolvida. Em 1965 o governo militar brasileiro mandou ocupar a área em disputa (Menezes 1998). Porém uma solução diplomática surgiu, ou teria sido hidrodipomática? Pois a usina binacional paraguaia-brasileira de Itaipu, pela formação de seu lago, sepulta a última parte do território que restava em desacordo entre os dois países.

A LUTA PELA ÁGUA PARA GERAÇÃO DE HIDROENERGIA.

No caso do aproveitamento dos rios para hidroeletricidade, é preciso entender que muitos outros atores além do Estado entram neste jogo de poder. Alguns destes atores, já são habitualmente aceitos nos estudos de geografia política como: as grandes empresas multinacionais, os bancos, as associações comerciais e as cooperativas agrícolas. Outros “atores” são novidades como: associações de classes e populares entre eles: sindicatos, partidos políticos, movimentos de trabalhadores sem terra, movimentos de agricultores atingidos por barragens, e ainda outros fora da “legalidade” como organizações contrabandistas e de traficantes.

Os estudos sobre o poder, não podem desprezar, os interesses e anseios de nenhum ator; como por exemplo, das populações expulsas de suas terras pela construção das barragens. É fundamental que se leve em conta todos os aspectos e atores intervenientes, pois a questão do território contém distintos interesses no processo sua construção. Se um estudo não contemplar o

todo, peca pela superficialidade no trato científico, e pela falta de ética, pois neste caso omitir atores no processo de análise é também omitir seus interesses na solução proposta.

Diversos autores entre eles Cano (1994) e Caubert (1991), têm abordado o tema referente a Direito Internacional e recursos hídricos na Bacia do Prata, tendo este ultimo publicado extenso estudo sobre o caso de Itaipu. Muitas questões como as administrações unilaterais ou bilaterais dos rios e quedas da região foram abordadas por estes autores. Outros autores como Rojas (1969) e Schilling (1978) abordaram também o tema das cotas referentes às diversas barragens hidroelétricas, muitas delas conflitantes entre si.

Outros conflitos ocorrem entre diversos usos, onde a navegação muitas vezes é beneficiada pela construção das represas, mas também pode ser prejudicada, quando por exemplo, não se constroem eclusas nas barragens. O Ciclo de produção hidroelétrica, não gerou guerras, como o da navegação, mas muitas questões diplomáticas entre países, entre empresas, nacionais e binacionais. Gerou também uma legião de população deslocada pelas barragens, que vieram a constituir o Movimento dos Atingidos por Barragens.

A COOPERAÇÃO E O MERCOSUL

Uma importante diferença na origem do Estado brasileiro em relação outros países da América Latina, é que sua independência foi um acordo dentro da casa real portuguesa, sem guerras. Nossos vizinhos por outro lado, enfrentaram guerras, em alguns casos longas com a metrópole espanhola, e posteriormente ainda se viram obrigadas a fazer “ajustes internos” nas suas jovens fronteiras.

O sonho de Bolívar de uma união dos povos em toda a região avançou pouco, principalmente devido a uma forte oposição das oligarquias regionais, logo transformadas em “nacionais” e nacionalistas.

Desde o princípio do séc. XIX a principal tensão geopolítica que o Brasil conheceu foi dirigida contra a Argentina. Esta disputa regulava um sistema maniqueista para todos os países da região, assim se o Chile era inimigo da Argentina, era automaticamente aliado do Brasil. O Peru que temia o Chile, que tinha boas relações com a Argentina e, portanto más relações com o Brasil (Thual, 1996a). A disputa era em primeiro plano pelo controle da foz do Rio da Prata e pelo controle dos rios a montante. Este foi o foco de quase todos os conflitos na região e também uma herança deixadas pelas metrópoles européias. Acabou levando à criação do Estado tampão do Uruguai, por iniciativa e ação diplomática da Inglaterra. O quadro refletia a posição de equilíbrio entre os dois aspirantes à hegemonia regional, Brasil e Argentina, e também a influência inglesa

presente na época, em todas as “esquinas do mundo”. O nacionalismo argentino sempre se fundamentou na idéia de que o país está cercado de inimigos mal intencionados: Brasil, Chile e Inglaterra, presente nas Malvinas, bem dentro do esquema de um nacionalismo de estado.

O sucesso do Mercosul depende da capacidade de Argentina e Brasil, superarem suas seculares diferenças e dos brasileiros convencerem seus parceiros de que sua política expansionista é coisa do passado. Historicamente o Brasil teve uma tendência de satelitizar seus vizinhos, notadamente Paraguai e Bolívia, através da abertura de corredores aos portos atlânticos, o último passo desta política é o recém inaugurado gasoduto Brasil/Bolívia. Sobre este tema é importante lembrar que já existe desde a década de 1940 um gasoduto que leva gás natural boliviano para a Argentina, constituindo uma linha no sentido norte/sul. Um dos principais aspectos pela disputa da hegemonia entre Brasil e Argentina, sobre a direção dos principais eixos de circulação na região. A direção norte/sul favorece a Argentina, enquanto o Brasil, sempre procurou privilegiar uma maior circulação no sentido oeste/leste, os famosos corredores de exportações. Trata-se da disputa pelo comércio oceânico, do mercado central continental, caracterizado desde a década de 1940 como fronteira agrícola, em expansão até os dias de hoje. Esta região compreende todo o eixo central da bacia, começando pelas porções oeste do Uruguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, sudoeste de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, nordeste da Argentina, Paraguai, e Bolívia. A pujança econômica brasileira nas ultimas décadas, permitiu ao país reverter o eixo N-S pelo O-L, dentro da bacia do Prata, o que lhe permitiu aumentar sua influência sobre o Paraguai e a Bolívia e assim enfraquecer a Argentina.

Ao se procurar fazer uma comparação entre as bases que formam a União Européia e o Mercosul chega-se a situações diversas. A América Latina é um imenso continente em que a maioria dos povos hoje existentes é de uma origem muito próxima, com apenas duas línguas de raiz latina e religião católica dominante. Uma união destes povos, a princípio, parece algo muito mais realizável do que a do complexo mosaico religioso, étnico, e cultural que é hoje a Europa. Os conflitos armados na forma de guerras generalizadas estão longe na história na América do Sul, se comparada com a Europa, onde muitas foram as guerras neste último século, a última de caracter global, a pouco mais de 50 anos. Dos países que hoje constroem a União Européia, quase todos eles estiveram envolvidos diretamente na Segunda Grande Guerra Mundial.

O nacionalismo na América do Sul e na América Latina, de caracter territorial, foi e é utilizado para anestesiar conseqüências de crises internas, porque pode proporcionar uma certa coesão interna. Nem sempre o resultado é o esperado por parte dos governos que usam este expediente. No caso da guerra das Malvinas, devido à derrota militar argentina, o resultado foi exatamente o contrário. Nas décadas de 80 e 90 o nacionalismo parece ter saído substituído pela idéia do desenvolvimento pela via cooperação econômica regional. O que sem dúvidas reduziu as

tensões existentes nos anos 60 e 70, onde o militarismo era um fator incentivador de conflitos. Tudo indica que a redemocratização e a cooperação regional na América do Sul parecem ser impulsionadas, se não dirigidas pela globalização da economia mundial.

Por outro lado fica a indagação. Por quanto tempo a miséria social em grande escala, pode ser tolerada? Esta parece ser a questão que determinará a futura geopolítica da América do Sul. Se a pobreza continua a crescer tanto na América do Sul e na América Latina, ela pode colocar em risco a democracia, e ser vítima de crises sociais de conseqüências imprevisíveis. Esta é uma das razões pelas quais, suas “renovadas” elites buscam o desenvolvimento econômico pela cooperação regional. O futuro destas organizações de cooperação regional está diretamente ligada à manutenção da democracia interior nos países, ao seu progresso social e principalmente à sua capacidade de integrar seus excluídos. Mais isso é novidade na geopolítica local dominada historicamente pelo nacionalismo, o protecionismo e o auto isolamento desconfiado. Atualmente a América do Sul se desencrava, se desbloqueia e parece dar prioridade à uma abertura para a Europa. Negociações de setembro de 1995 em Bruxelas e Montevideu abriram espaço à assinatura em dezembro do mesmo ano de um inédito acordo entre blocos regionais. Foi a primeira vez na história mundial que duas entidades de reagrupamentos regional decidiram passar a acordos globais em matéria de tarifas.

As recentes alterações de governo no Brasil e na Argentina, propiciaram o fortalecimento do ambiente de colaboração entre Brasil e Argentina, o que obviamente significa um reforço para o Mercosul. Já a mudança de governo nos EUA, significou um ponto negativo, pois tudo indica que a proposta da ALCA, embute um necessário enfraquecimento do Mercosul. Assim com as águas que une e separam, o quadro geopolítico também é submetido à alterações de níveis e de sentido de fluxo.

BIBLIOGRÁFIA CITADA

ABREU, C. de, “Capítulos da história colonial 1500-1800”. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 6ª edição, 258p, 1976.

CANO, G. J. “Las dificultades de manejo en una cuenca internacional” in “Manejo Alternativo de Recursos Hídricos” Imprensa Universitária da UFSC, Florianópolis, 339p, 1994.

CAUBET, C. C. “As grandes manobras de Itaipu. Energia, Diplomacia e Direito na Bacia do Prata. São Paulo, Editora Acadêmica, 1991

GOES FILHO, S. S. “Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil”. Ed. Martins Fortes, São Paulo, 332p, 1999.

HOLANDA, S. B. de, “Monções” Ed. Brasiliense, 3ª Edição, São Paulo, 321p, 1990.

MENEZES, A. da M., “Guerra do Paraguai, como construimos o conflito”. Ed. Contexto. São Paulo, 173p, 1998.

ROJAS, I. F. “Intereses argentinos en la cuenca del Plata”. Ediciones Libera, 3ª edição, Buenos Aires, 351p, 1975.

SCHILLING, P. “ El expansionismo brasileño”. El Cid Editor, México, 314p, 1978.

THUAL F. “Methodes de la géopolitique” Ed. Ellipses, Paris, 127p, 1996.